

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Reforma tributária

A retomada dos debates sobre a reforma tributária será intensificada já no retorno dos parlamentares ao Congresso, em fevereiro. O presidente Lula (PT) sancionou o principal projeto de regulamentação da reforma tributária. Ele vetou 17 dispositivos, sendo a maioria a questões técnicas que, segundo o governo, não alteram o mérito da proposta.



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL/Divulgação/JC

Alíquota padrão

De acordo com o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy (foto), a alíquota padrão dos impostos deverá ficar em cerca de 28%. Hoje, os tributos sobre o consumo são em torno de 34%.

Cesta básica

A regulamentação da reforma tributária estabelece uma cesta básica com produtos isentos, incluindo carnes e queijos, também com "cashback", que prevê a devolução de impostos para famílias de baixa renda, além do imposto seletivo, conhecido como imposto do pecado por taxar produtos danosos à saúde e ao meio ambiente. Deixou de fora as armas. A reforma implementou um Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, que é um modelo que unifica tributos e facilita também a transparência.

Maior legado de Lula

Na opinião do ministro Fernando Haddad (PT), a reforma tributária é o maior legado a ser deixado pelo mandato Lula 3 em termos de economia. "Imagina você fazer um pacto federativo com 5.570 prefeitos, com 27 governadores, com todos os setores envolvidos. Isso mexeu com toda a economia brasileira, e chegaram num entendimento para votar uma emenda constitucional e uma lei complementar.

Tarefa de uma geração

"Isso é uma tarefa de uma geração, mas do mesmo jeito que aconteceu, do pobre que finalmente vê o seu filho na universidade, nós estamos plantando hoje um País muito mais justo", acentuou Fernando Haddad.

Congresso ainda pode mexer

O deputado gaúcho Alceu Moreira (MDB) disse ao **Repórter Brasília** que qualquer mudança que venha a atingir o que foi aprovado pelo Congresso, com alterações que comprometam o acordo, novamente será modificada pelo Parlamento. Moreira afirmou que os vetos à regulamentação da reforma tributária estará entre os temas a serem avaliados já no início das sessões do Legislativo, em fevereiro.

Mudanças no que foi votado

Na opinião da advogada Bianca Xavier, doutora em direito tributário pela PUC-SP e professora da FGV-RJ, qualquer medida tomada pelo presidente Lula, para cima ou para baixo, mexe com o que foi votado pelos parlamentares e poderá ser modificada pelo Congresso.

Benefícios dos insumos

A tributarista lembrou que um dos pontos complicados é a retirada dos benefícios dos insumos que podem implicar nos custos dos produtos agrícolas. Isso deve levar a bancada do agronegócio a esquentar os debates. Na realidade, a solução prática, destaca a tributarista, só o tempo vai nos dizer.

Diferença da Inglaterra

A professora comparou: na Inglaterra você tem uma alíquota de 40% de Imposto de Renda. A diferença é que lá, você pode deduzir tudo. Pode deduzir, todas as despesas de educação, você deduz inclusive a lente de contato. "Então a alíquota não quer dizer nada".

Porto Alegre terminou

Entrevista Especial

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Depois de 10 anos consecutivos registrando superávits, a prefeitura de Porto Alegre deve fechar 2024 com déficit, em função de gastos extraordinários no ano passado. Os números ainda estão sendo contabilizados, mas essa é a projeção do prefeito reeleito Sebastião Melo (MDB), confirmada pela nova secretária municipal da Fazenda, Ana Pellini. "Temos certeza de que vai fechar com déficit, mas não temos um montante."

Após ter liderado a Secretaria de Parcerias na gestão passada, a nova responsável pelas contas públicas do município terá o desafio de reequilibrar gastos e receitas. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Ana Pellini projeta sua gestão à frente da Fazenda, pasta na qual já atuou no governo estadual, e analisa estratégias a serem adotadas para garantir colocar as contas no azul novamente. Além de contingenciamento de gastos, a secretária fala em buscar mais recursos sem aumentar impostos, o que inclui a busca de receitas extraordinárias.

Jornal do Comércio – A senhora já ocupou diversos cargos públicos. O que esperar de sua gestão à frente da Secretaria Municipal da Fazenda?

Ana Pellini – Tenho a impressão de que será meu último cargo público tendo em vista as circunstâncias da minha idade. Quero trazer para cá tudo aquilo que aprendi ao longo dessa caminhada. Sou formada em Ciências Contábeis e trabalhei por mais de 30 anos na Secretaria Estadual da Fazenda. As atividades fazendárias são (as atividades) da minha vida. Trabalhei tanto no órgão de auditoria do Estado quanto no gabinete do secretário da Fazenda. Esse desafio é, para mim, até mais fácil do que outros, quando entrei em secretarias sem conhecer as atividades de uma maneira mais profunda. E vejo que da Fazenda depende tudo. É um órgão que quando trabalha de maneira mais azeitada, tudo funciona melhor. Quero gerenciar de maneira que façamos tudo em comum acordo, porque ao fim e ao cabo

a prefeitura é uma grande equipe.

JC – Como ocorreu a escolha para comandar a pasta?

Ana Pellini – Foi um convite do prefeito. Claro que eu não teria nem o poder de escolher onde eu gostaria de trabalhar, isso depende da necessidade e da escolha do governante, então, foi um convite que ele me fez.

JC – Recentemente, o prefeito Sebastião Melo afirmou em entrevista à rádio Band que as contas do município poderiam fechar o ano de 2024 em déficit. Isso deve se concretizar?

Ana Pellini – Estamos com um sistema novo que atrasou um pouquinho (o fechamento das contas). Temos uma ideia de que vai fechar com déficit, é uma certeza, mas não temos um montante ainda, porque ainda temos ajustes na contabilidade a serem feitos.

JC – Desde a campanha, Melo falava em não aumentar impostos. Como a Fazenda pretende buscar um equilíbrio financeiro em 2025?

Ana Pellini – Temos que fazer um contingenciamento de gastos, isso é certo. É muito caro o equilíbrio fiscal e sabemos que prejudica a vida das pessoas quando o poder público não tem cuidado com isso. Quando eu vim para cá, uma das coisas que o Melo falou foi que ele quer manter o equilíbrio fiscal. Como? Do lado da despesa, vamos contingenciar gastos desde que não haja prejuízo ao cidadão e evidentemente não vamos piorar os serviços e, sim, retardar coisas que podem aguardar. Tem ações que podem ficar para o segundo semestre, e até lá vemos como a receita reage. E estamos também com ações para aumentar a receita, nada

dramático, nada de aumentar imposto. Mas examinar a nossa base tributária e ver onde podemos buscar mais recursos. Estamos fazendo um pente fino para aumentar a receita sem aumentar imposto, com ações exclusivas de administração dos tributos aqui pela Secretaria da Fazenda.

JC – Pensa em buscar também receitas extraordinárias?

Ana Pellini – Isso vai ter, vamos fazer ao longo do ano e já há algumas previstas. Tem um leilão de R\$ 4 milhões que acabou de sair o resultado. Temos outros terrenos para vender e sempre se buscam receitas extraordinárias. A venda da folha para o sistema financeiro também, que gera um valor importante. Sempre vai ter alguma coisa que possamos fazer para incrementar a receita e ajudar na despesa.

JC – Este ano a Câmara deve receber o projeto de concessão do Dmae e, quando esteve na Secretaria de Parcerias, a senhora participou da modelagem. Como está essa questão?

Ana Pellini – Esta (questão) a gente trabalhou, mas ela não teve êxito (no último mandato). Foi uma consultoria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o prefeito pediu algumas alterações, foram feitos novos estudos, sofremos percalços também, porque quando o estudo estava praticamente pronto veio o IBGE com a população de Porto Alegre, que diminuiu. Aí diminui receita, demanda, diminui tudo. Então, muitos ajustes tiveram que ser feitos. Temos um projeto, que está encaminhado, mas que ainda precisa de muitos estudos para dizer que está pronto para ser lançado.

JC – Que impacto essa



“Nós temos que fazer contingenciamento de gastos, isso é certo; o equilíbrio fiscal é muito caro”